



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 220,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho, n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
		Ano	
	As três séries	...	Kz: 470 615.00
	A 1.ª série	...	Kz: 277 900.00
	A 2.ª série	...	Kz: 145 500.00
	A 3.ª série	...	Kz: 115 470.00

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 3/14:

Aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Administração do Território. — Revoga o Decreto Presidencial n.º 247/12, de 11 de Dezembro.

Decreto Presidencial n.º 4/14:

Aprova a concessão de uma Garantia Bancária do Estado no valor de USD 325.214.602,28, para uma operação de financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento ao Banco de Poupança e Crédito e autoriza o Ministro das Finanças a emitir a respectiva Garantia.

Despacho Presidencial n.º 1/14:

Determina que o Grupo Técnico para as Questões Jurídico-Legais, de Apoio ao Conselho de Ministros, é coordenado pela Secretária-Adjunta do Conselho de Ministros. — Revoga os Despachos do Presidente da República n.ºs 2/99, de 5 de Março e 34/08, de 18 de Dezembro.

Ministério da Educação

Decreto Executivo n.º 1/14:

Aprova o Calendário Escolar para o Ano Lectivo 2014 para vigorar nas instituições de ensino inseridas nos subsistemas do Ensino Geral, Educação de Adultos, Ensino Técnico Profissional, Formação de Professores e Modalidades do Ensino Especial.

Ministério das Finanças

Despacho n.º 1/14:

Subdelega plenos poderes a Silvío Franco Burity, Director Nacional do Património do Estado, para outorgar, em representação do Ministério das Finanças, o Contrato Promessa de Compra e Venda, do prédio rústico e urbano e os seus bens móveis, sito em Luanda, Distrito Urbano de Belas, denominado Clássicos II, pelo preço de AKz: 28.937.000.000,00 e Clássicos III, pelo preço de AKz: 29.832.000.000,00, que totaliza um valor global de AKz: 58.769.000.000,00.

Despacho n.º 2/14:

Subdelega plenos poderes à Américo Miguel da Costa, Secretário Geral para representar o Ministério das Finanças na assinatura do Contrato que vincula a empresa CASANOVA-HOME & OFFICE, LDA, para fornecimento e montagem de mobiliário de escritório para o Ministério das Finanças, no valor de Kz: 55.865.321,00.

Despacho n.º 3/14:

Nomeia Albertina Maria Paulino Domingos para o cargo de Chefe de Secção de Processo de Aquisição, Arrendamento e Alienação de Imóveis do Departamento de Gestão do Património, da Direcção Nacional do Património do Estado, deste Ministério.

Despacho n.º 4/14:

Nomeia Domingas Loureiro Mitange para o cargo de Chefe de Secção de Registo e Inventário do Departamento de Cadastro e Inventário, da Direcção Nacional do Património do Estado, deste Ministério.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Decreto Presidencial n.º 3/14
de 3 de Janeiro**

Considerando a necessidade de se reajustar o Estatuto Orgânico do Ministério da Administração do Território, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 247/12, de 11 de Dezembro, bem como de adequar a natureza e atribuições específicas e tradicionais deste Órgão Auxiliar do Presidente da República;

Em conformidade com o Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/12, de 15 de Outubro, que estabelece as Bases Gerais de Organização e Funcionamento dos Órgãos Essenciais Auxiliares do Presidente da República;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea g) do artigo 120.º e do n.º 3 artigo do 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

**ARTIGO 1.º
(Aprovação)**

É aprovado o Estatuto Orgânico do Ministério da Administração do Território, anexo ao presente Decreto Presidencial e que dele é parte integrante.

**ARTIGO 2.º
(Revogação)**

É revogado o Decreto Presidencial n.º 247/12, de 11 de Dezembro.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 21 de Agosto de 2013.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Dezembro de 2013.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

ESTATUTO ORGÂNICO DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

CAPÍTULO I Definição, Natureza e Atribuições

ARTIGO 1.º
(Natureza)

O Ministério da Administração do Território, abreviadamente (MAT), é o Departamento Ministerial Auxiliar do Presidente da República, que tem por missão formular, coordenar, executar e avaliar a política do Executivo relativa à Administração Local do Estado, Administração Autárquica, organização e gestão territorial, autoridades e comunidades tradicionais e apoiar a realização dos processos das eleições gerais e locais.

ARTIGO 2.º
(Atribuições)

São atribuições do Ministério da Administração do Território as seguintes:

- a) Assegurar a execução das decisões e orientações do Chefe do Executivo sobre as áreas a que se referem o artigo anterior;
- b) Coordenar a execução dos processos de desconcentração e descentralização administrativas;
- c) Promover e velar pela organização, funcionamento e desenvolvimento dos Órgãos da Administração Local do Estado, envolvendo a participação das comunidades locais;
- d) Assegurar a articulação entre a Administração Central e a Administração Local do Estado, Autárquica e das Instituições do Poder Tradicional;
- e) Elaborar e implementar normas sobre a divisão política e administrativa, nomes geográficos, organização territorial, toponímia e cartografia de base;
- f) Organizar o sistema de informação geográfica dos municípios do País;
- g) Tutelar a base cartográfica e geodésica local e autárquica no âmbito da organização dos perfis da Administração no domínio local e autárquico;

- h) Coordenar a delimitação das circunscrições administrativas e eleitorais;
- i) Propor e assegurar medidas e acções para a melhor gestão fundiária local e autárquica;
- j) Coordenar e assegurar a elaboração e execução dos planos de desenvolvimento local e autárquico, a articulação com outros Departamentos Ministeriais e das Administrações Locais e Autárquicas;
- k) Exercer, por delegação de poderes, a tutela administrativa sobre as Autarquias Locais e a tutela do Poder Tradicional;
- l) Promover a iniciativa legislativa em matéria de Administração Local, Autárquica, Instituições do Poder Tradicional e controlar o cumprimento dos diplomas legais em vigor;
- m) Coordenar e assegurar a gestão da política dos quadros e a formação contínua e integrada do pessoal do Ministério, dos Órgãos da Administração Local do Estado, da Administração Autárquica e do Poder Tradicional;
- n) Participar na definição da política de confisco e desconfisco de prédios urbanos e rústicos, nos termos da lei;
- o) Coordenar a organização da celebração das efemérides nacionais e eventos institucionalmente superiores estabelecidas;
- p) Assegurar a organização do funcionamento do serviço aéreo administrativo;
- q) Promover a cooperação descentralizada e celebração de acordos de geminação entre os municípios e cidades do País e do estrangeiro;
- r) Coordenar as acções com vista à organização do território e dos aglomerados populacionais e desenvolvimento administrativo, económico, social e cultural das províncias e dos municípios;
- s) Avaliar o desempenho administrativo dos Órgãos da Administração Local;
- t) Conduzir o processo de formação e capacitação dos agentes, funcionários e titulares dos Órgãos Locais do Estado e Autárquicos;
- u) Pronunciar-se sobre as propostas de reservas fundiárias, taxas ou tarifas relativas às concessões fundiárias e outros direitos afins propostos pelos Órgãos da Administração Local do Estado;
- v) Elaborar estudos e propor alterações à divisão político-administrativa do País;
- w) Promover a elaboração dos Planos-Directores Municipais em coordenação com os Departamentos Ministeriais pertinentes, assegurando o alinhamento e harmonização das políticas, programas e projectos sectoriais e locais;
- x) Preparar as condições de suporte institucional e apoio aos processos eleitorais;
- y) Promover estudos, práticas e projectos direccionados ao combate à pobreza, sobretudo nas áreas rurais e periurbanas à criação de riqueza pelas comunidades locais e a melhoria da qualidade de vida das populações, numa perspectiva multidisciplinar e transversal;

- z) Fiscalizar a organização e funcionamento dos Órgãos da Administração Local;
- aa) Exercer as demais funções que lhe forem determinadas superiormente.

CAPÍTULO II Organização em Geral

ARTIGO 3.º (Estrutura orgânica)

A estrutura orgânica do Ministério da Administração do Território compreende os seguintes órgãos e serviços:

1. Órgãos Centrais de Direcção Superior:
 - a) Ministro;
 - b) Secretários de Estado.
2. Órgãos Consultivos:
 - a) Conselho Consultivo;
 - b) Conselho de Direcção.
3. Serviços Executivos Centrais:
 - a) Direcção Nacional da Administração Local do Estado;
 - b) Direcção Nacional de Administração Autárquica;
 - c) Direcção Nacional de Organização do Território;
 - d) Direcção Nacional de Tecnologia e Apoio aos Processos Eleitorais;
 - e) Direcção Nacional de Recursos Humanos da Administração Local;
 - f) Gabinete de Efemérides e Eventos Institucionais.
4. Serviços de Apoio Técnico:
 - a) Secretaria Geral;
 - b) Gabinete de Recursos Humanos;
 - c) Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística;
 - d) Gabinete de Inspecção;
 - e) Gabinete Jurídico;
 - f) Gabinete de Intercâmbio;
 - g) Gabinete de Tecnologias de Informação.
5. Órgãos de Apoio Instrumental:
 - a) Gabinete do Ministro;
 - b) Gabinetes dos Secretários de Estado.
6. Órgãos sob Superintendência:
 - a) Instituto de Formação da Administração Local (IFAL);
 - b) Fundo de Apoio Social (FAS).
7. Órgãos Tutelados:
Autarquias Locais.

CAPÍTULO III Organização em Especial

SECÇÃO I Órgãos Centrais de Direcção Superior

ARTIGO 4.º (Direcção)

1. O Ministério da Administração do Território é dirigido pelo respectivo Ministro.
2. No exercício das suas funções, o Ministro é coadjuvado por dois Secretários de Estado, sendo um Secretário para os Assuntos Institucionais e outro para a Administração Local.

ARTIGO 5.º (Competências do Ministro)

1. Ao Ministro da Administração do Território compete na generalidade e com base no princípio da direcção individual e responsabilidade pessoal, assegurar e promover, nos termos da lei, a coordenação e a fiscalização das actividades de todos os órgãos e serviços do Ministério.

2. Ao Ministro da Administração do Território compete, em especial, o seguinte:

- a) Dirigir as actividades do Ministério;
- b) Executar a política definida para o Ministério;
- c) Cooperar e prestar apoio na organização e execução dos processos eleitorais;
- d) Fiscalizar a execução e cumprimento das decisões do Titular do Poder Executivo no âmbito da Administração Local, Autárquica e das Instituições do Poder Tradicional;
- e) Conduzir, orientar e controlar os processos de desconcentração e descentralização administrativas e de institucionalização e organização do Poder Local;
- f) Orientar e controlar a articulação entre a Administração Central e a Administração Local do Estado, Autárquica e das Instituições do Poder Tradicional;
- g) Conduzir e orientar a elaboração de normas sobre a divisão político-administrativa, nomes geográficos, organização territorial, toponímia e cartografia de base;
- h) Gerir o sistema de informação geográfica do País relacionado com circunscrições territoriais a nível dos municípios e cidades;
- i) Assegurar a gestão da base cartográfica e geodésica Local e Autárquica no âmbito da organização territorial e da divisão político-administrativa;
- j) Coordenar a delimitação das circunscrições administrativas e eleitorais;
- k) Assegurar a execução da política do ordenamento e desenvolvimento do território, nos termos da lei;
- l) Exercer, por delegação de poderes, a tutela administrativa sobre as Autarquias Locais e Instituições do Poder Tradicional;
- m) Promover a iniciativa legislativa em matéria de Administração Local, Autárquica e das Instituições do Poder Tradicional e controlar o cumprimento dos diplomas legais em vigor;
- n) Manter o Titular do Poder Executivo informado, periodicamente, sobre a execução da política relativa ao desenvolvimento administrativo, económico, social e cultural da Administração Local e Autárquica;
- o) Gerir o orçamento do Ministério;
- p) Emitir parecer vinculativo sobre as nomeações dos Vice-Governadores, Administradores Municipais e Comunaes;
- q) Nomear e exonerar os titulares de cargos de direcção e de chefia e o restante pessoal do quadro orgânico do Ministério;

- r) Conferir posse aos titulares de cargos de direcção e de chefia e delegar poderes para conferir posse ao restante pessoal do quadro orgânico do Ministério;
- s) Aprovar os regulamentos internos dos órgãos e serviços do Ministério;
- t) Exercer outras funções que lhe forem superiormente determinadas.

3. No exercício das suas competências, o Ministro emite Decretos Executivos e Despachos que são publicados no Diário da República.

ARTIGO 6.º

(Competência dos Secretários de Estado)

Aos Secretários de Estado compete o seguinte:

- a) Apoiar o Ministro no desempenho das suas funções;
- b) Coadjuvar o Ministro nas áreas que lhes forem delegadas;
- c) Propor ao Ministro medidas que visem melhorar o desenvolvimento das actividades do Ministério;
- d) Substituir o Ministro nas suas ausências e impedimentos.

SECÇÃO II

Órgãos Consultivos

ARTIGO 7.º

(Conselho Consultivo)

1. O Conselho Consultivo é o órgão de actuação periódica ao qual cabe, em geral, funções consultivas com vista a auxiliar o Ministro na definição dos planos e programas plurianuais do Sector, bem como na avaliação dos respectivos resultados, de acordo com o estabelecido no Programa do Poder Executivo.

2. O Conselho Consultivo é presidido pelo Ministro e tem a seguinte composição:

- a) Secretários de Estado e equiparados;
- b) Directores Nacionais e equiparados;
- c) Consultores do Ministro e dos Secretários de Estado;
- d) Chefes de Departamentos e equiparados.

3. O Ministro pode, quando entender necessário, convidar quadros vinculados ao Ministério e aos órgãos da Administração Local do Estado e Autárquica, bem como entidades não pertencentes ao quadro do Sector.

4. O Ministro pode, igualmente, em cumprimento de orientação do Titular do Poder do Executivo ou com sua autorização, convidar os Governadores Provinciais para participarem.

5. O Conselho Consultivo reúne-se ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que o Ministro o convocar.

ARTIGO 8.º

(Conselho de Direcção)

1. O Conselho de Direcção é o órgão de apoio consultivo do Ministro na definição, coordenação e execução das atribuições específicas de gestão corrente dos serviços do Ministério e dos Órgãos da Administração Local do Estado e Autárquica.

2. O Conselho de Direcção é presidido pelo Ministro e tem a seguinte composição:

- a) Secretários de Estado;
- b) Directores Nacionais e equiparados.

3. O Ministro pode, quando entender necessário, convocar técnicos e funcionários do Ministério e dos órgãos sob superintendência para participarem nas reuniões do Conselho de Direcção.

4. O Conselho de Direcção reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que o Ministro o convocar.

SECÇÃO III

Serviços Executivos Centrais

ARTIGO 9.º

(Natureza)

Os Serviços Executivos Centrais têm a responsabilidade de execução das atribuições fundamentais e específicas do Ministério.

ARTIGO 10.º

(Direcção Nacional da Administração Local do Estado)

1. A Direcção Nacional da Administração Local do Estado (DNAL) é o serviço que tem sob sua responsabilidade a execução das medidas e tarefas relacionadas com a organização e funcionamento dos órgãos e serviços da Administração Local do Estado, bem como dos municípios e cidades.

2. À Direcção Nacional da Administração Local do Estado compete o seguinte:

- a) Apoiar e acompanhar a acção do Ministério no domínio da Administração Local do Estado;
- b) Acompanhar e participar da avaliação do processo de desconcentração e descentralização administrativas;
- c) Assegurar o relacionamento e a coordenação entre os Órgãos da Administração Central e da Administração Local do Estado, Autarquia e Instituições do Poder Tradicional;
- d) Emitir parecer e elaborar estudos de análises sobre assuntos relativos à Administração Local do Estado e às Instituições do Poder Tradicional;
- e) Acompanhar e participar na avaliação do desempenho dos Órgãos da Administração Local do Estado, dos municípios e das cidades, e elaborar relatórios analíticos;
- f) Propor estratégias para a promoção do desenvolvimento local;
- g) Propor medidas para melhorar e modernizar infra-estruturas e equipamentos da Administração Local do Estado, dos municípios e das cidades;
- h) Organizar visitas periódicas de acompanhamento e controlo das actividades desenvolvidas pelos Órgãos da Administração Local, municípios e cidades e elaborar os correspondentes relatórios;
- i) Propor projectos de diplomas legais sobre a organização e o funcionamento da Administração Local do Estado, dos municípios e das cidades.

- j) Incentivar e promover o apoio às actividades administrativas, económicas, produtivas, sociais e culturais, desenvolvidas pela Administração Local;
- k) Incentivar e promover o apoio às actividades económicas, produtivas, sociais e culturais das comunidades tradicionais;
- l) Realizar estudos sobre o Poder Tradicional em Angola, bem como manter um registo actualizado das Autoridades Tradicionais;
- m) Realizar estudos, análises e pareceres sobre a governação local em geral;
- n) Acompanhar a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Municipal (PDM's);
- o) Exercer outras funções que lhe forem superiormente determinadas.

3. A Direcção Nacional da Administração Local do Estado tem a seguinte estrutura interna:

- a) Departamento de Acompanhamento da Administração Local do Estado;
- b) Departamento de Comunidades Tradicionais e Instituições do Poder Tradicional;
- c) Departamento de Análise e Estudos da Administração Local do Estado.

4. A Direcção Nacional da Administração Local é dirigida por um Director Nacional.

ARTIGO 11.º

(Direcção Nacional de Administração Autárquica)

1. A Direcção Nacional de Administração Autárquica (DNAU) é o serviço que tem a responsabilidade de execução das medidas e tarefas relacionadas com a preparação e organização da instituição das Autarquias Locais.

2. A Direcção Nacional de Administração Autárquica compete em especial o seguinte:

- a) Assegurar as tarefas do Executivo relacionadas com a preparação e organização da instituição das Autarquias Locais;
- b) Acompanhar o relacionamento e a coordenação entre os órgãos da Administração Central e Local do Estado com as Autarquias Locais;
- c) Propor estratégias e critérios para a selecção de municípios e cidades com vista à organização, implantação e promoção do desenvolvimento das Autarquias Locais;
- d) Propor políticas e estratégias de actuação para o desenvolvimento das Autarquias Locais;
- e) Promover e realizar estudos sobre a Administração Autárquica;
- f) Promover formas de cooperação e troca de experiências, com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, no domínio da Administração Autárquica;
- g) Acompanhar e participar na avaliação das Autarquias Locais e elaborar relatórios analíticos;
- h) Propor medidas para melhorar e modernizar as infra-estruturas e equipamentos das autarquias, bem como o seu desempenho na melhoria da qualidade de vida e na prestação de serviços à população e às comunidades;

i) Propor projectos de diplomas legais sobre a organização da instituição e o funcionamento das autarquias locais;

j) Elaborar estudos, análises e pareceres sobre as autarquias locais;

k) Exercer outras funções que lhe forem superiormente determinadas.

3. A Direcção Nacional de Administração Autárquica tem a seguinte estrutura interna:

- a) Departamento de Organização Autárquica;
- b) Departamento de Estudos Autárquicos, Seguinte e Avaliação.

4. A Direcção Nacional de Administração Autárquica é dirigida por um Director Nacional.

ARTIGO 12.º

(Direcção Nacional de Organização do Território)

1. A Direcção Nacional de Organização do Território (DNOT) é o serviço que tem a responsabilidade de executar as medidas e tarefas nos domínios da organização do território, da divisão político-administrativa, da toponímia e dos nomes locais.

2. A Direcção Nacional da Organização do Território compete o seguinte:

- a) Propor normas sobre a divisão política e administrativa, nomes geográficos e toponímia;
- b) Coordenar e supervisionar a elaboração e produção dos dados cartográficos e geodésicos no âmbito da organização territorial e da divisão política e administrativa;
- c) Participar na delimitação das circunscrições administrativas e eleitorais a diferentes níveis;
- d) Acompanhar e propor medidas para uma melhor gestão fundiária dos territórios sob jurisdição dos Órgãos da Administração Local do Estado, Autarquias Locais e Instituições do Poder Tradicional;
- e) Coordenar a elaboração de monografias sobre as circunscrições territoriais do País;
- f) Participar do sistema de organização e gestão da informação geográfica do País;
- g) Participar da criação e gestão de um banco de dados de informação geográfica do País;
- h) Propor políticas e normas sobre a organização territorial e a classificação dos aglomerados populacionais urbanos e rurais;
- i) Assegurar a participação do sector na política de ordenamento do território, fronteiras, urbanismo, ambiente e de construção de redes viárias e ferroviárias e de outros equipamentos e infra-estruturas;
- j) Acompanhar a elaboração dos Planos Directores Municipais;
- k) Exercer outras funções que lhe forem determinadas superiormente.

3. A Direcção Nacional de Organização do Território tem a seguinte estrutura interna:

- a) Departamento de Organização do Território;
- b) Departamento de Cartografia;

c) Departamento de Divisão Político-Administrativa e Toponímia.

4. A Direcção Nacional de Organização do Território é dirigida por um Director Nacional.

ARTIGO 13.º

(Direcção Nacional de Tecnologia e Apoio aos Processos Eleitorais)

1. A Direcção Nacional de Tecnologia e Apoio aos Processos Eleitorais (DNTAPE) é o serviço que tem a responsabilidade da preparação das medidas e tarefas relacionadas com a planificação, organização e apoio aos processos eleitorais.

2. À Direcção Nacional Tecnologia e Apoio aos Processos Eleitorais compete o seguinte:

- a) Preparar as medidas e acções do Executivo relacionadas com o apoio aos processos eleitorais;
- b) Gerir e controlar as bases de dados relacionadas com as tarefas a que se referem a alínea anterior, em articulação com o Gabinete de Tecnologias de informação;
- c) Assegurar e manter actualizada a estatística dos dados dos cidadãos eleitores, em coordenação com os pertinentes órgãos do Executivo e da Administração Eleitoral;
- d) Exercer outras funções que lhe forem determinadas superiormente.

3. A Direcção Nacional de Tecnologia e Apoio aos Processos Eleitorais tem a seguinte estrutura:

- a) Departamento Técnico;
- b) Departamento de Apoio aos Processos Eleitorais.

4. A Direcção Nacional de Tecnologia e Apoio aos Processos Eleitorais é dirigida por um Director Nacional.

ARTIGO 14.º

(Direcção Nacional de Recursos Humanos da Administração Local)

1. A Direcção Nacional de Recursos Humanos da Administração Local (DNRHAL) é o serviço que tem a responsabilidade de execução das medidas de política salarial, selecção, formação, registo de mobilidade e superação técnico-profissional do pessoal dos órgãos e serviços da Administração Local do Estado, municípios e cidades.

2. À Direcção Nacional de Recursos Humanos da Administração Local compete o seguinte:

- a) Assegurar a aplicação da legislação em vigor sobre a gestão dos recursos humanos, em estreita cooperação com o Gabinete Jurídico, os sectores afins dos Departamentos Ministeriais responsáveis pela Educação, Saúde e Trabalho;
- b) Promover o reforço da capacidade dos recursos humanos dos órgãos e serviços da Administração Local do Estado;
- c) Velar pela aplicação da legislação em vigor sobre o recrutamento, selecção, colocação, mobilidade geográfica e avaliação do desempenho dos quadros dos órgãos e serviços da Administração Local;

- d) Promover e acompanhar a avaliação dos resultados a nível de aprendizagem e do impacto organizacional do pessoal dos órgãos e serviços da Administração Local;

e) Manter actualizada a base de dados da gestão dos recursos humanos dos órgãos e serviços da Administração Local;

f) Promover e acompanhar a formação e capacitação sucessiva do pessoal dos órgãos e serviços da Administração Local do Estado;

g) Cooperar na elaboração de programas integrados e sistematizados de formação e capacitação técnico-profissional do pessoal dos órgãos e serviços da Administração Local do Estado em cooperação com o IFAL e outros parceiros institucionais;

h) Exercer outras funções que lhe forem determinadas superiormente.

3. A Direcção Nacional de Recursos Humanos da Administração Local tem a seguinte estrutura interna:

- a) Departamento de Gestão Administrativa e Recursos Humanos;
- b) Departamento de Gestão Técnica dos Recursos Humanos;
- c) Departamento de Avaliação do Desempenho, da Formação, e Desenvolvimento do Capital Humano;
- d) Departamento de Quadros do Regime Especial.

4. A Direcção Nacional de Recursos Humanos da Administração Local é dirigida por um Director Nacional.

ARTIGO 15.º

(Gabinete de Efemérides e Eventos Institucionais)

1. O Gabinete de Efemérides e Eventos Institucionais (GEEI) é o serviço que tem a responsabilidade de coordenar a organização da celebração das efemérides nacionais superiormente estabelecidas, monitorar a aplicação do Decreto Executivo do Ministério sobre Eventos e Efemérides Locais e outras Celebrações Relevantes, bem como as acções e eventos estabelecidos nos termos da legislação em vigor.

2. Ao Gabinete de Efemérides e Eventos Institucionais compete o seguinte:

- a) Criar e monitorar a identidade corporativa das instituições da Administração Local, nomeadamente ao nível do comportamento, imagem corporativa, simbolismo e personalidade;
- b) Promover o marketing social através da organização de campanhas transversais de carácter e conteúdo nacionais, destinadas a consciencializar a sociedade sobre a realidade da Administração Local e Autárquica;
- c) Propor legislação e elaborar manuais de uso dos símbolos nacionais, sinalética urbana e identidade visual das instituições, de acordo com políticas definidas pelo Executivo;
- d) Proceder ao cadastro de divisas, brasões, insígnias e outros símbolos com objectivo de evitar duplicidade, plágio e preservar a originalidade;
- e) Organizar a celebração das efemérides nacionais estabelecidas por lei;
- f) Organizar anualmente a Feira «Angoritias» e Fórum Nacional dos Municípios e Cidades de Angola, em cooperação com os pertinentes serviços do Ministério;

- g) Promover a animação e a actividade artística, cultural, desportiva, turística, bem como o voluntariado, empreendedorismo e o artesanato, a nível local;
- h) Monitorar a aplicação do Decreto Executivo do Ministério da Administração do Território sobre Eventos e Efemérides Locais e outras Celebrações Relevantes pelos vários Departamentos Ministeriais, Governos Provinciais e Administrações dos Municípios e Cidades;
- i) Promover a partilha de melhores práticas de prestação de serviços públicos e de gestão administrativa e de comunicação institucional entre as diferentes Instituições da Administração Local e Autárquica;
- j) Velar pelo uso correcto dos símbolos nacionais;
- k) Promover e acompanhar o processo de proposição de condecoração e títulos honoríficos pelos órgãos da Administração Local e Autárquica;
- l) Emitir pareceres técnicos sobre as normas de identidade visual e o cumprimento da legislação em matéria da comunicação institucional, na Administração Local e Autárquica;
- m) Exercer outras funções que lhe forem superiormente determinadas.

3. O Gabinete de Efemérides e Eventos Institucionais é dirigido por um responsável equiparado a Director Nacional.

SECÇÃO IV Serviços de Apoio Técnico

ARTIGO 16.º (Natureza)

Os Serviços de Apoio Técnico têm a missão de assistir e apoiar, na especialidade, os demais serviços do Ministério com vista ao cumprimento das tarefas que lhes são determinadas, bem como de executar as suas actividades específicas.

ARTIGO 17.º (Secretaria Geral)

1. A Secretaria Geral (SG) é o serviço que se ocupa da generalidade das questões administrativas comuns a todos os serviços do Ministério, bem como da gestão do orçamento, do património, do arquivo, da administração, das finanças, da contabilidade, da auditoria interna, dos transportes, das relações públicas, e do protocolo, aprovisionamento, limpeza e manutenção, segurança das instalações, das pessoas e do património afectos ao Ministério.

2. À Secretaria Geral compete o seguinte:

- a) Apoiar as actividades administrativas e financeiras dos serviços do Ministério;
- b) Elaborar o orçamento do Ministério em estreita coordenação com o Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística e demais órgãos e serviços do Ministério;
- c) Assegurar a execução do orçamento e velar pelo património e transportes do Ministério;
- d) Elaborar os relatórios financeiros de prestação de contas do Ministério em estreita coordenação com o Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística;

- e) Assegurar a aquisição, reposição e manutenção dos bens e equipamentos necessários ao funcionamento do Ministério, tendo em conta as regras sobre a contratação pública;
- f) Coordenar a preparação das reuniões do Conselho Consultivo e dos Conselhos Directivo e Técnico, e acompanhar a execução das respectivas conclusões, em coordenação com o Gabinete do Ministro;
- g) Organizar a recepção da documentação oficial dirigida ao Ministério e proceder à distribuição aos serviços competentes, bem como assegurar o arquivo geral, corrente e morto, da instituição;
- h) Cuidar da expedição da correspondência oficial do Ministério para as instituições públicas e privadas;
- i) Providenciar as condições técnicas e administrativas para o funcionamento dos órgãos e serviços do Ministério;
- j) Cuidar das relações públicas e do protocolo de apoio aos serviços do Ministério e assegurar o serviço aéreo institucional;
- k) Assegurar o serviço aéreo institucional;
- l) Assegurar a aplicação da legislação sobre a contratação pública;
- m) Assegurar a imagem pública do Ministério e a ligação entre os serviços do Ministério e os órgãos de comunicação social;
- n) Promover a recolha, divulgação, catalogação, análise e arquivo de todas as notícias e publicações de interesse relevante para o Ministério, assegurando o funcionamento do portal e da biblioteca do Ministério, e organizar as campanhas de marketing e comunicação sobre as actividades do Ministério;
- o) Exercer outras funções que lhe forem determinadas superiormente.

3. A Secretaria Geral tem a seguinte estrutura interna:

- a) Departamento Financeiro;
- b) Departamento de Administração e Protocolo;
- c) Departamento de Logística e Património;
- d) Centro de Documentação e Informação.

4. A Secretaria Geral é dirigida por um Secretário Geral equiparado a Director Nacional.

ARTIGO 18.º (Gabinete de Recursos Humanos)

1. O Gabinete de Recursos Humanos (GRH) é o serviço responsável pela concepção e execução das políticas de gestão dos quadros do Ministério, nomeadamente nos domínios do desenvolvimento pessoal e de carreiras, recrutamento, selecção, enquadramento, mobilidade, formação, superação técnico-profissional, bem como os serviços de apoio social aos funcionários do Ministério.

2. Ao Gabinete de Recursos Humanos compete o seguinte:

- a) Controlar e manter um registo da efectividade dos funcionários;
- b) Gerir o quadro de pessoal do Ministério;

- c) Avaliar o desempenho e propor a promoção ou o estímulo dos funcionários e agentes administrativos em efectivo serviço, conforme a legislação laboral em vigor;
 - d) Elaborar o mapa de férias anual dos funcionários e agentes administrativos do Ministério e controlar o seu cumprimento;
 - e) Registar nos processos individuais as sanções disciplinares aos funcionários e agentes administrativos que eventualmente violem os seus deveres funcionais ou cometam infracções disciplinares nos termos de processo justo e conforme;
 - f) Promover cursos de formação profissional, superação técnica, seminários de capacitação e workshops e organizar os programas de frequência obrigatória e periódica da ENAD e do IFAL;
 - g) Dar pareceres às propostas de nomeação e exoneração que superiormente forem encaminhadas para a referida área;
 - h) Estabelecer mecanismos de controlo e o registo para funcionários e agentes administrativos em regime de formação académica e profissional, de acordo com a legislação em vigor;
 - i) Propor a implementação dos diplomas legais sobre a política salarial a favor dos funcionários e agentes administrativos (subsídios, abono de família, prémios e outros);
 - j) Prever lugares no quadro de pessoal, para a realização de concursos públicos de ingresso e acesso, bem como para a admissão de pessoal por contrato ou termo certo;
 - k) Elaborar periodicamente o relatório de prestação de contas do Gabinete;
 - l) Sensibilizar os trabalhadores a cumprirem com a pontualidade e assiduidade, bem como com a deontologia da função pública;
 - m) Exercer outras funções que lhe forem superiormente determinadas.
3. O Gabinete de Recursos Humanos tem a seguinte estrutura interna:
- a) Departamento de Gestão Administrativa, Registo e Gestão de Dados;
 - b) Departamento de Gestão Técnica dos Recursos Humanos;
 - c) Departamento de Formação, Capacitação e Desenvolvimento do Capital Humano.
4. O Gabinete de Recursos Humanos é dirigido por um responsável equiparado a Director Nacional.

ARTIGO 19.º

(Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística)

1. O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE) é o serviço de assessoria geral, técnica e institucional de natureza interdisciplinar, responsável pela preparação de medidas e linhas estratégicas globais do Sector, bem como pela programação e elaboração de estudos e projectos, análise regular sobre a execução geral dos programas, avaliação de resultados, orientação e coordenação da actividade

de estatística do Ministério e dos Órgãos da Administração Local do Estado e Autárquica.

2. Ao Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística compete o seguinte:

- a) Preparar e elaborar programas, projectos, planos, relatórios periódicos do Ministério, em cooperação com a Secretaria Geral, o IFAL, o IGAT e a Direcção Nacional dos Órgãos Locais;
- b) Colaborar com a Secretaria Geral na elaboração da proposta de orçamento do Ministério, nomeadamente através da incorporação de dados relacionados com projectos e programas;
- c) Colaborar na elaboração de estudos sobre políticas globais de desenvolvimento da administração do território e das comunidades;
- d) Apoiar o processo da reforma institucional do Ministério e da governação local;
- e) Criar e gerir dados estatísticos sobre a Administração do Território e o desempenho dos programas e projectos de desenvolvimento económico e social da Administração Local e Autárquica;
- f) Acompanhar a execução do orçamento do Ministério, particularmente no que diz respeito a planos, programas e projectos aprovados e grau da sua execução física e financeira;
- g) Acompanhar a elaboração e execução dos programas e orçamentos dos Governos Provinciais das Administrações Locais;
- h) Acompanhar os projectos e programas de investimento público do Ministério e dos Órgãos da Administração Local do Estado;
- i) Acompanhar a execução do plano de actividades bem como dos programas e projectos do Ministério;
- j) Coordenar a implementação de programas e projectos aprovados resultantes da cooperação entre o Ministério e os seus parceiros nacionais e internacionais, em colaboração com o Gabinete Intercâmbio;
- k) Acompanhar o processo de desconcentração sectorial dos demais Departamentos Ministeriais assegurando o alinhamento e harmonização das políticas, programas e projectos sectoriais a nível local;
- l) Preparar e editar modelos de instrumentos metodológicos e instruções técnicas no domínio do planeamento territorial, governação local, monitorização e avaliação de programas e projectos;
- m) Gerir os mecanismos de monitorização e avaliação do funcionamento do sistema de monitorização e avaliação do funcionamento da Administração do Território (SIIGAT — Sistema Integrado de Informação e Gestão da Administração do Território), assegurando para o efeito a produção de relatórios de estatísticas relativas às metas do Sector;
- n) Assegurar a elaboração do Relatório Anual da Administração do Território em colaboração com os demais Departamentos Ministeriais.

órgãos sob superintendência e órgãos da Administração Local do Estado;

- a) Exercer outras funções que lhe forem superiormente determinadas.

3. O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística tem a seguinte estrutura:

- a) Departamento de Estudos e Projecto;
- b) Departamento de Planeamento e Estatística;
- c) Departamento de Monitorização e Controlo.

4. O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é dirigido por um responsável equiparado a Director Nacional.

ARTIGO 20.º
(Gabinete de Inspeção)

1. O Gabinete de Inspeção é o serviço que acompanha, fiscaliza, monitora e avalia a aplicação dos planos e programas aprovados para o Sector, bem como o cumprimento dos princípios e normas de organização, funcionamento e actividades dos serviços do respectivo Departamento Ministerial.

2. O Gabinete de Inspeção tem a seguinte estrutura interna:

- a) Departamento de Inspeção;
- b) Departamento de Estudos, Programação e Análise.

ARTIGO 21.º
(Gabinete Jurídico)

1. O Gabinete Jurídico (GJ) é o serviço de apoio técnico ao qual cabe superintender e realizar toda actividade jurídica de assessoria, fiscalização e de estudos de matéria técnico-jurídica.

2. Compete ao Gabinete Jurídico o seguinte:

- a) Assessorar o Ministro, os Secretários de Estado, o Inspector Geral da Administração do Território e os Directores Nacionais ou equiparados em questões de natureza jurídica relacionadas com as actividades do Ministério e dos serviços dependentes;
- b) Elaborar a programação legislativa da Administração Local do Estado e Autárquica, em cooperação com os departamentos correspondentes do Ministério;
- c) Coordenar a elaboração e o aperfeiçoamento dos projectos de diplomas legais e demais instrumentos jurídicos relacionados com a actividade do Ministério;
- d) Realizar estudos de direito comparado;
- e) Coligir, catalogar e divulgar o Diário da República e, em particular, a legislação de interesse do Ministério e velar pelo seu conhecimento e utilização pelos quadros e serviços do Ministério, da Administração Local e Autárquica;
- f) Velar pela correcta interpretação e aplicação dos diplomas legais pelos serviços do Ministério, da Administração Local e Autárquica;
- g) Representar o Ministério nos actos jurídicos e processos judiciais mediante delegação do Ministro;
- h) Instruir processos disciplinares ou outros contra quadros do Ministério, em cooperação com o Gabinete de Gestão de Pessoal e o IGAT;

- i) Emitir pareceres sobre actos de natureza jurídica que lhe sejam solicitados;
- j) Apoiar a Secretaria Geral na elaboração das peças e na identificação dos procedimentos concursais adequados;
- k) Elaborar contratos, despachos, acordos ou protocolos no domínio da actividade do Ministério;
- l) Providenciar a publicação no Diário da República dos actos do Ministro que careçam desse formalismo;
- m) Promover actividades e serviços, nomeadamente o MAT-Legis, que dinamizem o conhecimento das leis, assim como a elevação da consciência jurídica dos órgãos e serviços da Administração Local e Autárquica;
- n) Exercer outras funções que lhe forem determinadas superiormente.

3. O Gabinete Jurídico é dirigido por um responsável equiparado a Director Nacional.

ARTIGO 22.º
(Gabinete de Intercâmbio)

1. O Gabinete de Intercâmbio (GI) é o serviço encarregue de apoiar a realização das tarefas nos domínios das relações internacionais e da cooperação entre o Ministério e os Órgãos da Administração Central e Local do Estado, Instituições Homólogas de outros países, Organizações Internacionais, ONG's e outras organizações e Instituições da Sociedade Civil.

2. Ao Gabinete de Intercâmbio compete o seguinte:

- a) Elaborar e promover programas de troca de experiência nos diversos domínios da actividade do Ministério, e dos órgãos da Administração Local e Autárquica;
- b) Analisar e emitir pareceres sobre projectos de cooperação e assistência técnica aos serviços do Ministério e da Administração Local do Estado, em coordenação com o Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE);
- c) Participar na programação e realização de seminários, colóquios e workshops com o concurso da cooperação internacional e de organizações e Instituições da Sociedade Civil, em colaboração com o Instituto de Formação da Administração Local (IFAL);
- d) Coordenar a negociação de programas e projectos resultantes da cooperação entre o Ministério da Administração do Território (MAT) e os seus parceiros nacionais e internacionais em colaboração com o Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE), o Gabinete Jurídico e os correspondentes departamentos do Ministério;
- e) Promover a negociação de acordos de geminação entre municípios e cidades, bem como a cooperação descentralizada;
- f) Estudar e preparar as matérias a submeter às reuniões das comissões mistas;

- g) Assegurar o relacionamento com os órgãos da Administração Central e Local do Estado e outros parceiros nacionais e internacionais de projectos e programas em que o Ministério da Administração do Território (MAT) participa;
- h) Exercer outras funções que lhe forem determinadas superiormente.

3. O Gabinete de Intercâmbio é dirigido por um responsável equiparado a Director Nacional.

ARTIGO 23.º

(Gabinete de Tecnologias de Informação)

1. O Gabinete de Tecnologias de Informação (GTI) é o serviço de apoio técnico responsável pelo desenvolvimento das tecnologias e manutenção dos sistemas de informação com vista a dar suporte às actividades de modernização e inovação do Departamento Ministerial e seus serviços.

2. Ao Gabinete de Tecnologias de Informação compete o seguinte:

- a) Coordenar a gestão das bases de dados das distintas unidades do Ministério e dos órgãos sob sua superintendência;
- b) Coordenar, gerir e supervisionar os projectos de desenvolvimento de sistemas no âmbito da TIC's e dar suporte à gestão dos softwares e hardwares, dos processos de produção e da operação do sistema;
- c) Promover a difusão e manutenção das redes internas e externas do Ministério (cabo, *wi-fi* e acessos remotos aos servidores internet e intranet);
- d) Analisar e apoiar a resolução dos vários problemas técnicos a nível de *software* e do *hardware* (*Helpdesk*);
- e) Assegurar a gestão de políticas de segurança da informação e adoptar as correspondentes medidas de prestação, incluindo contra o cibercrime e outros riscos similares;
- f) Garantir a gestão da segurança de armazenamento de dados e sua preservação;
- g) Garantir a gestão da integridade do software instalado nas várias máquinas (PC's) e o seu licenciamento;
- h) Coordenar acções TIC's MAT com o IFAL, IGAT e FAS, bem como dos Governos Provinciais e das Administrações Municipais;
- i) Promover formações externas para acompanhamento da evolução informática e das TIC's;
- j) Promover formações internas a todos os funcionários, em especial os operadores de equipamentos e sistemas TIC's, para garantir a boa utilização do software e reduzir erros e riscos;
- k) Coordenar acções com o Departamento Ministerial que tutela as TIC's, incluindo com o INATEL;
- l) Analisar e emitir parecer sobre projectos tecnológicos e a selecção dos equipamentos e software a ser utilizado;

- m) Exercer outras funções que lhe forem determinadas superiormente.

3. O Gabinete de Tecnologias de Informação é dirigido por um responsável equiparado a Director Nacional.

SECÇÃO V

Serviços de Apoio Instrumental

ARTIGO 24.º

(Natureza)

1. Os Serviços de Apoio Instrumental visam o apoio directo e pessoal ao Ministro e aos Secretários de Estado, desempenho das suas funções.

2. Constituem Serviços de Apoio Instrumental seguintes:

- a) Gabinete do Ministro;
- b) Gabinetes dos Secretários de Estado.

3. O regime jurídico de organização e funcionamento pessoal dos serviços de apoio instrumental é estabelecido em diploma próprio.

SECÇÃO VI

Órgãos de Superintendência e Tutela

ARTIGO 25.º

(Instituto de Formação da Administração Local)

1. O Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) é uma pessoa colectiva que exerce funções de administração pública no âmbito do Ministério com autonomia administrativa, financeira e patrimonial e assegura a organização e a formação dos titulares de cargos de direcção, chefia, funcionários e agentes administrativos dos Órgãos de Serviços da Administração Local.

2. O Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) é dirigido por um Director Geral equiparado a Director Nacional.

3. O Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) rege-se por Estatuto próprio e pelos diplomas que estabelecem as regras de organização e funcionamento dos Institutos Públicos.

ARTIGO 26.º

(Fundo de Apoio Social)

1. O Fundo de Apoio Social (FAS) é um fundo autónomo de apoio social às comunidades locais com fundo autónomo dotado de personalidade jurídica, e gozando de autonomia administrativa e financeira.

2. O Fundo de Apoio Social (FAS) rege-se por Estatuto próprio aprovado por Decreto Presidencial.

ARTIGO 27.º

(Autarquias Locais)

1. As Autarquias Locais são pessoas colectivas territoriais correspondentes ao conjunto de residentes de circunstâncias do território nacional que asseguram a prossecução dos interesses específicos resultantes da vizinhança, mediante órgãos próprios representativos das respectivas populações.

2. O regime de tutela, modo de constituição, organização, atribuições, competências, funcionamento e o poder regulamentar das Autarquias Locais, são estabelecidos por lei.

CAPÍTULO IV
Disposições Finais

ARTIGO 28.º
(Quadro de pessoal e organograma)

O quadro orgânico de pessoal e o organograma do Ministério são os constantes dos Anexos I e II do presente Estatuto, de que são partes integrantes.

ARTIGO 29.º
(Regulamentos internos)

Os regulamentos internos dos órgãos e serviços que compõem a estrutura orgânica do Ministério são aprovados pelo Ministro.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

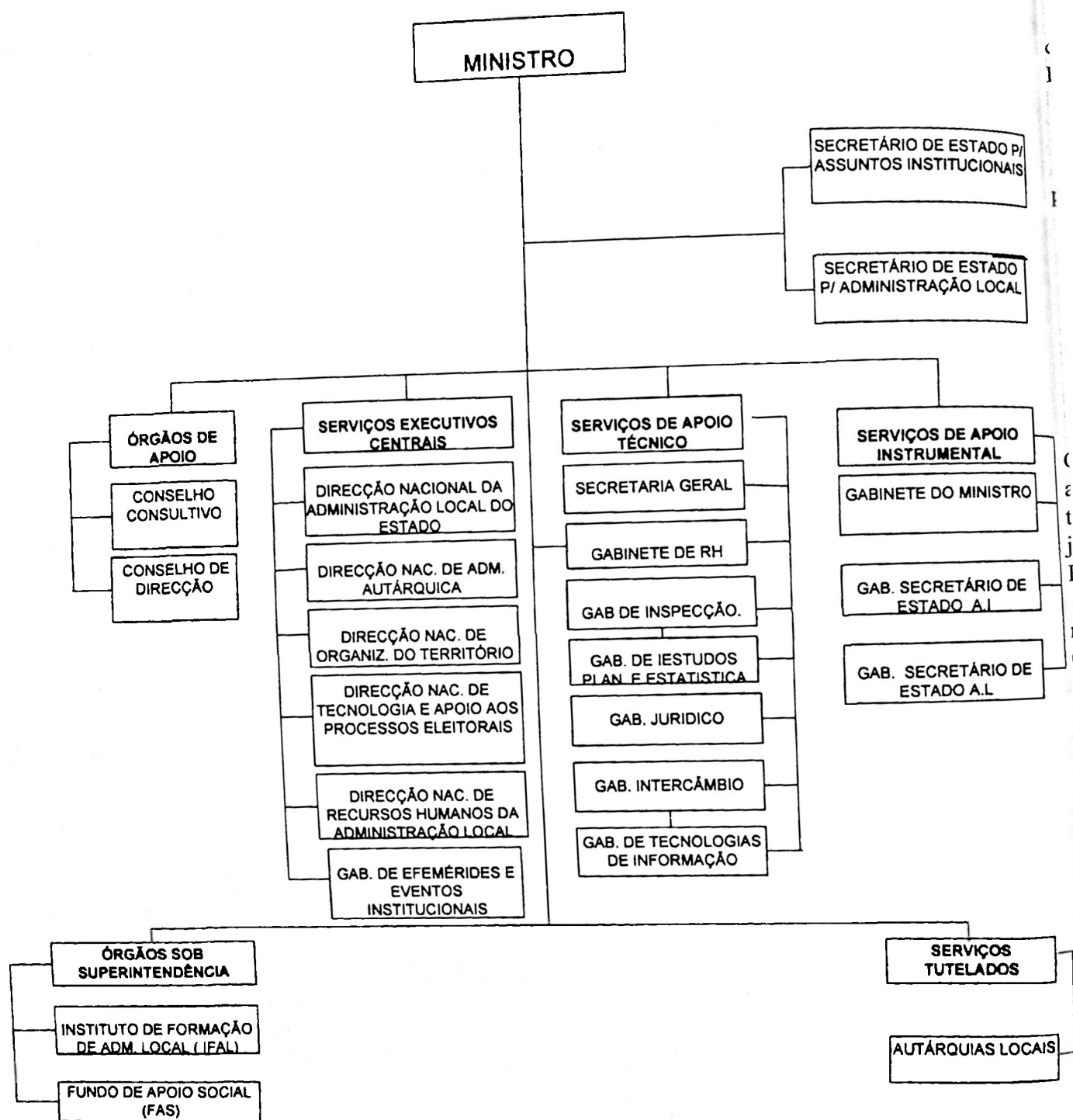
ANEXO I
Quadro de Pessoal a que se refere o artigo 28.º

Grupo de pessoal	Carreira	Função/Categoria	Especialidade profissional a admitir	N.º de lugares efectivos
Direcção e Chefia	Direcção	Directores Nacionais Secretário Geral		11 1
	Chefia	Chefe de Departamento Chefe de Secção		18 47
Técnico Superior	Técnico Superior	Assessor Principal 1.º Assessor Assessor Técnico Superior Principal Técnico Superior de 1.ª Classe Técnico Superior de 2.ª Classe	Economia, Gestão Pública de Empresas, Recursos Humanos e Autárquica, Sociologia, Psicologia do Trabalho, Direito, Ciências Políticas, Arquitectura, Engenharias Geográfica e Informática, Contabilidade	20 20 20 35 40 60
Técnico	Técnico	Especialista Principal Especialista de 1.ª Classe Especialista de 2.ª Classe Técnico de 1.ª Classe Técnico de 2.ª Classe Técnico de 3.ª Classe	Economia, Gestão Pública de Empresas, Recursos Humanos e Autárquica, Sociologia, Psicologia do Trabalho, Direito, Ciências Políticas, Arquitectura, Engenharias Geográfica e Informáti- ca, Contabilidade	18 16 15 18 10 10
Técnico Médio	Técnico Médio	Técni. Méd. Princ. de 1.ª Classe Técni. Méd. Princ. de 2.ª Classe Técni. Méd. Princ. de 3.ª Classe Técnico Médio de 1.ª Classe Técnico Médio de 2.ª Classe Técnico Médio de 3.ª Classe	Contabilidade, Administração Pública, Ciências Económicas e Jurídicas, Topografia, Cartografia, Geografia- História, Informática	40 20 20 30 35 45
Administrativo	Administrativa	Oficial Administrativo Principal 1.º Oficial 2.º Oficial 3.º Oficial Aspirante Escriturário-Dactilógrafo		15 10 10 10 10 10
Tesoureiro	Tesoureiro	Tesoureiro Principal Tesoureiro de 1.ª Classe Tesoureiro de 2.ª Classe		5 5 5
Auxiliar	Motorista de Pesados	Motorista de Pes. Principal Motorista de Pes. de 1.ª Classe Motorista de Pes. de 2.ª Classe		12 8 6
	Motorista de Ligeiros	Motorista de Ligeiros Principal Motorista de Lig. de 1.ª Classe Motorista de Lig. de 2.ª Classe		15 10 10
	Telefonista	Telefonista Principal Telefonista de 1.ª Classe Telefonista de 2.ª Classe		6 6 6
	Auxiliar Administrativa	Auxiliar Administrat. Principal Auxiliar Administ. de 1.ª Classe Auxiliar Administ. de 2.ª Classe		10 7 2
	Auxiliar de Limpeza	Auxiliar de Limp. Principal Auxiliar de Limp. 1.ª Classe Auxiliar de Limp. 2.ª Classe		10 8 7
	Operário Qualificado	Encarregado Operário Qualif. de 1.ª Classe Operário Qualif. de 2.ª Classe		10 7 7
	Operário Não Qualificado	Encarregado Operário n/qualif. de 1.ª Classe Operário n/qualif. de 2.ª Classe		10 7 7

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Anexo II

Organigrama a que se refere o artigo 28º



O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto Presidencial n.º 4/14
de 3 de JaneiroARTIGO 1.º
(Aprovação)

Havendo necessidade de aprovar a emissão de uma Garantia do Estado, para uma operação de financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento ao Banco de Poupança e Crédito;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

É aprovada a concessão de uma Garantia Bancária do Estado no valor USD 325.214.602,28 (trezentos e vinte e cinco milhões, duzentos e catorze mil, seiscentos e dois dólares americanos e vinte e oito centavos), para uma operação de financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento ao Banco de Poupança e Crédito.

ARTIGO 2.º
(Autorização)

É autorizado o Ministro das Finanças a emitir a respectiva Garantia.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 30 de Dezembro de 2013.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Despacho Presidencial n.º 1/14
de 3 de Janeiro

Havendo necessidade de se actualizar a composição do Grupo Técnico para as Questões Jurídico-Legais, de Apoio ao Conselho de Ministros, e de se ajustar as suas competências, na sequência das disposições do novo ordenamento jurídico relativas à organização e ao funcionamento do Poder Executivo;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1.º — O Grupo Técnico para as Questões Jurídico-Legais, de Apoio ao Conselho de Ministros, é coordenado pela Secretária-Adjunta do Conselho de Ministros, e integra os seguintes membros:

1. Adão de Almeida;
2. António Fernando Neto da Costa;
3. António de Jesus Tomás da Cruz;
4. Dionísio Manuel da Fonseca;
5. Etiandro Slovan Salomão Simões;
6. Graciano Francisco Domingos;
7. Hamilton Renísio da Silva;
8. José Maria Varela Gomes Borges;
9. Jesus Faria Maiato;
11. Marcy Cláudio Lopes;
12. Neusa Nicole Pires Lopes;
13. Tatiana Serrão;
14. Victorino Mário.

2.º — Incumbe ao Grupo Técnico para as Questões Jurídico-Legais, de Apoio ao Conselho de Ministros, o seguinte:

- a) Analisar e emitir pareceres jurídicos sobre os diplomas legais e demais documentos sujeitos à apreciação do Conselho de Ministros, que lhe sejam remetidos pelo Secretário do Conselho de Ministros;
- b) Emitir as opiniões legais sobre as demais matérias que lhe sejam solicitadas.

3.º — Cabe ao Secretário do Conselho de Ministros supervisionar a actividade do Grupo Técnico para as Questões

Jurídico-Legais, de Apoio ao Conselho de Ministros, em articulação com o Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República.

4.º — Compete ao Secretariado do Conselho de Ministros assegurar o apoio material e administrativo para o funcionamento do Grupo Técnico para as Questões Jurídico-Legais, de Apoio ao Conselho de Ministros.

5.º — As despesas do Grupo Técnico, que incluem o suplemento remuneratório para os seus membros e para o pessoal que garante o secretariado administrativo, são suportadas por um orçamento próprio, inscrito no Secretariado do Conselho de Ministros.

6.º — São revogados os Despachos do Presidente da República n.ºs 2/99, de 5 de Março e 34/08, de 18 de Dezembro.

7.º — O presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 26 de Dezembro de 2013.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Decreto Executivo n.º 1/14
de 3 de Janeiro

Convindo fixar o Calendário Escolar para o Ano Lectivo 2014, aplicável às instituições de ensino primário e secundário público e privado;

Ao abrigo do disposto no artigo 62.º da Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro, que aprova as Bases do Sistema de Educação;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República de Angola, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação de Calendário)

É aprovado o Calendário Escolar para o Ano Lectivo 2014 para vigorar nas instituições de ensino inseridas nos Subsistemas do Ensino Geral, Educação de Adultos, Ensino Técnico-Profissional, Formação de Professores e Modalidades do Ensino Especial, constantes do anexo ao presente Diploma, dele constituindo parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Aplicação obrigatória)

O Calendário Escolar ora aprovado é de aplicação obrigatória em todas as instituições de ensino público e privado, legalmente instituídas no País.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação e interpretação do presente Diploma são resolvidas pelo Ministro da Educação.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O Calendário Escolar ora aprovado entra em vigor a partir do mês de Janeiro de 2014.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Novembro de 2013.

O Ministro, *Pinda Simão*.

CALENDÁRIO ESCOLAR NACIONAL DO ANO LECTIVO 2014

1. Introdução

O Calendário Escolar Nacional constitui a base sobre a qual assenta o trabalho organizativo do Sector da Educação, influenciando, por isso, a planificação e gestão de todo o processo docente-educativo no Ensino Primário e Secundário.

O Calendário Escolar Nacional para o Ano Lectivo 2014, para os 5 (cinco) Subsistemas de Ensino (Pré-escolar, Geral, Técnico-Profissional, Educação de Adultos e Formação de Professores), compreende um total de 46 (quarenta e seis) semanas, sendo 37 (trinta e sete) lectivas, equivalentes a 175 (cento e setenta e cinco) dias lectivos.

Em cada trimestre são assinalados os distintos períodos e actividades na escola, desde a avaliação (prova do professor, prova de escola, provas globais e exames), conselho de notas, pausas pedagógicas e férias para alunos e professores, bem como outras práticas culturais de carácter local.

Foram reservados 7 dias úteis para a avaliação do rendimento escolar no I e II trimestres, respectivamente, sem interrupção de aulas, pois é perfeitamente exequível a calendarização de uma ou duas provas em cada dia, conforme o coeficiente de fadiga das diferentes disciplinas.

Entretanto, reservam-se 15 dias úteis para o trabalho de exames, de classificação de provas, conselho de notas e divulgação dos resultados no III trimestre.

É de referenciar que no I e II trimestres realizam-se apenas provas do professor, sob a supervisão da coordenação de disciplina/classe e da subdirecção pedagógica conforme orientações do Sistema Nacional de Avaliação.

No presente ano lectivo regista-se no I trimestre uma pausa pedagógica de quatro semanas, ou seja, mais duas que o habitual, para a participação dos professores e alunos devidamente seleccionados e credenciados para as actividades do Censo da População e Habitação.

No I trimestre, para além da pausa pedagógica prevista, haverá ainda duas interrupções de aulas de 2 dias para o Carnaval e Páscoa, respectivamente.

Os exames especiais no I trimestre são realizados na mesma semana das provas do professor.

No II trimestre foram reservadas duas semanas de pausa para os alunos, de forma a permitir uma melhor articulação entre as actividades docente-educativas, e outras práticas culturais de carácter local.

No III trimestre, o prazo destinado à realização da avaliação mantém-se, mas aumenta-se o tempo destinado à

classificação e conselhos de notas devido ao facto de, no período, realizarem-se provas de escola, exames normais, exames especiais e de recurso (destinados a militares, alunos de alta competição, estudantes provenientes do estrangeiro, aos alunos regulares que por razões devidamente fundadas não puderam participar na época de frequência/avaliação ou aqueles que tenham cadeiras em atraso).

Os exames especiais e os de recurso, no III trimestre, serão realizados na 1.ª semana de Janeiro de 2015 (de 5 a 9 de Janeiro).

As actividades extra-escolares devem ser realizadas sempre que possível, no período oposto ao das aulas, e o horário diário não pode ser superior a seis horas lectivas.

O início do ano lectivo é fixado para o dia 31 de Janeiro de 2014 e o seu término para 19 de Dezembro de 2014.

2. Orientação da gestão do calendário escolar

As actividades docente-educativas começam a 3 de Fevereiro de 2014 e terminam a 19 de Dezembro de 2014, considerando que as actividades inerentes à preparação e programação do ano lectivo seguinte têm início no III trimestre do ano imediatamente anterior.

a) Abertura oficial do ano lectivo

A abertura oficial do ano lectivo de 2014 realíse-se no dia 31 de Janeiro.

b) I Trimestre

Tem início a 3 de Fevereiro e término a 31 de Maio de 2014, período que corresponde a dezassete (17) semanas, das quais doze (12) lectivas. De 28 de Abril a 30 de Maio há uma pausa pedagógica. Durante a pausa decorre o início do Concurso das Olimpíadas de Matemática;

c) II Trimestre

Tem início a 2 de Junho e término a 29 de Agosto de 2014, período que corresponde a treze (13) semanas, das quais onze (11) lectivas. Neste trimestre, decorrem os Jogos Escolares Nacionais nas duas semanas de pausa pedagógica (de 18 a 29 de Agosto).

d) III Trimestre

Inicia a 1 de Setembro e vai até 19 de Dezembro de 2014, correspondendo a dezasseis (16) semanas, das quais treze (13) lectivas. No período decorre a fase final da 5.ª Edição das Olimpíadas de Matemática (de 13 a 15 de Outubro).

e) A reconfirmação de matrículas para os alunos internos deve ser feita logo após a publicação dos resultados finais.

f) A selecção e matrícula para novos alunos decorre no período de 19 a 23 de Janeiro de 2015.

g) Os exames de recurso e especiais devem ocorrer de 5 a 9 de Janeiro. Cada Direcção da Escola deverá criar uma comissão responsável pela realização das provas de recurso e exames especiais.

3. As férias dos alunos

1. Para o Ensino Geral:

a) Classes de Transição (1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a, 7.^a, 8.^a, 10.^a e 11.^a) a partir do dia 9 de Dezembro de 2014;

b) Classes de Exame (6.^a, 9.^a e 12.^a) a partir do dia 12 de Dezembro de 2014.

2. Para as Escolas de Formação de Professores e Ensino Técnico-Profissional: a partir do dia 15 de Dezembro.

4. Férias dos professores

As férias para os professores têm início no dia 22 de Dezembro e término a 20 de Janeiro de 2015, para permitir a realização de seminários e jornadas pedagógicas no período de 26 a 30 de Janeiro de 2015.

5. Lista de feriados e datas comemorativas

O conjunto de datas seleccionadas e indicadas no presente calendário escolar são de extrema importância para a formação integral dos alunos. Pretendemos que através do seu significado histórico, económico, social, ambiental, cultural ou outro, a comunidade escolar, para além da comemoração efectiva dos referidos feriados nacionais, reflita no conteúdo que cada uma delas encerra para o interesse nacional e/ou internacional.

Estas datas foram aprovadas pelo Governo de Angola e/ou pelas competentes organizações internacionais das Nações Unidas. Deste modo, os coordenadores de círculos de interesse e de desporto escolar em colaboração com as autoridades locais e encarregados de educação deverão, na semana que antecede ou na véspera de cada efeméride, programar actividades educativas (palestras, mesas redondas, debates, exposições, jornadas desportivas ou outras), lúdicas e ou artísticas adequadas a cada data comemorativa para a consciencialização da comunidade estudantil e para o alargamento do seu horizonte intelectual, cultural, cívico, patriótico, etc.

5.1. Feriados

Datas	Comemoração
1 de Janeiro	Dia do Ano Novo Primeiro dia do Ano Civil
4 de Fevereiro	Dia do início da Luta Armada Início da primeira guerra de Libertação Nacional contra a opressão colonial, em 1961
8 de Março	Dia Internacional da Mulher Para reflectir sobre o papel da mulher nas lutas pela sua emancipação
4 de Abril	Dia da Paz Assinatura dos Acordos de Paz, no Luena, que puseram fim a 30 anos de guerra
Sexta-feira Santa (20 de Abril)	Referente à Páscoa Cristã
1 de Maio	Dia Internacional dos Trabalhadores Para reflectir sobre as lutas trabalhistas, na defesa dos direitos dos trabalhadores, ao longo da história
17 de Setembro	Dia do Herói Nacional Para reflectir sobre o papel de Agostinho Neto na conquista da independência nacional
2 de Novembro	Dia dos Finados Para reflectir sobre a morte e prestar uma homenagem aos nossos entes queridos já falecidos
11 de Novembro	Dia da Independência Nacional Para reflectir sobre a importância histórica da independência nacional
25 de Dezembro	Dia do Natal Reflectir sobre a importância da unidade na família

5.2. Jornadas nacionais e internacionais

Datas	Significado
4 de Janeiro	Dia dos Mártires da Repressão Colonial Para reflectir sobre a importância histórica do massacre ocorrido na Baixa de Cassanje, em Malanje
8 de Janeiro	Dia da Cultura Nacional Na sede da União dos Escritores Angolanos, o Presidente Dr. António Agostinho Neto proferiu um discurso histórico sobre o valor da nossa cultura. Por isso, essa data foi instituída como Dia da Cultura Nacional
31 de Janeiro	Dia Nacional do Ambiente Foi nesta data em que terminou a primeira semana sobre a conservação da natureza, no final do encontro realizado pela antiga Secretaria de Estado da Agricultura. Nesse encontro foi produzido um documento denominado Direitos da Natureza, em 1979
Última Sexta-feira do mês de Fevereiro (dia 28)	Dia de Estilos de Vida Saudáveis na SADC Foi nesta data que os ministros da saúde da SADC fizeram uma reflexão sobre o tema e o instituíram como data de referência
2 de Março	Dia da Mulher Angolana Dia de reflexão sobre o papel da mulher angolana na luta de libertação nacional, na construção de uma sociedade democrática e na família
15 de Março	Dia Mundial do Direito do Consumidor Foi nesta data em que o ex-presidente dos Estados Unidos da América J. F. Kennedy levou a Lei de Defesa dos Direitos do Consumidor ao parlamento americano, em 1962
21 de Março	Dia Mundial da Poesia Dia de reflexão sobre o papel da poesia e dos poetas ao longo dos tempos, no Mundo e em Angola. Lembrar as obras dos poetas mais notáveis no Mundo, em África e em Angola
22 de Março	Dia Mundial da Água Dia de reflexão sobre a problemática da distribuição e consumo de água no Mundo, em África e em Angola. O seu valor no desenvolvimento dos países
23 de Março	Dia Mundial da Meteorologia Dia de reflexão sobre a importância da meteorologia no desenvolvimento das sociedades. Data instituída com a realização da reunião mundial sobre meteorologia, em 1950
27 de Março	Dia Internacional do Teatro Dia de reflexão sobre a importância do teatro na educação das jovens gerações e na divulgação de valores culturais. O teatro ao longo dos tempos, no Mundo e no País
2 de Abril	Dia Mundial da Literatura Infantil Dia em que se lembra o nascimento do escritor dinamarquês Hans Christian Anderson, considerado o pai da literatura infantil. Publicou contos infantis de renome internacional como O Patinho Feio, O Soldadinho de Chumbo
7 de Abril	Dia Mundial da Saúde Dia de reflexão sobre o papel da saúde na vida do homem e no desenvolvimento do nosso País. Esta data foi instituída pela OMS, em 1948, sob proposta de vários países
18 de Abril	Dia Internacional dos Monumentos e Sítios Criado pela UNESCO, o dia para a reflexão sobre a importância dos monumentos e sítios históricos e sobre a necessidade da sua conservação
22 de Abril	Dia Mundial da Terra Dia para lembrar os problemas ligados à distribuição, aproveitamento e destruição da Terra. Foi instituído nos EUA, com a declaração de 1970
23 de Abril	Dia Mundial do Livro e do Direito do Autor Dia dedicado à promoção da leitura e outras publicações e da protecção da propriedade intelectual, proclamado durante a 22.ª Sessão Plenária da UNESCO a 15 de Novembro de 1995. A Convenção Universal sobre os Direitos de Autor aprovada em 1952
29 de Abril	Dia Internacional da Dança Dia para reflectir sobre a dança tradicional e moderna e sobre a sua importância cultural, no Mundo e em Angola
8 de Maio	Dia do Armistício Instituído pela ONU para reflectir sobre os efeitos nefastos da 2.ª Guerra Mundial, seus intervenientes e os mecanismos utilizados para o fim das hostilidades

Datas	Comemoração
15 de Maio	Dia Mundial da Família Dia para reflectir sobre a situação da família como o núcleo fundamental da sociedade, decretado pelas Nações Unidas
17 de Maio	Dia Mundial das Telecomunicações Dia para reflectir sobre o papel das telecomunicações e das novas tecnologias da informação no desenvolvimento das sociedades
18 de Maio	Dia Internacional dos Museus Dia para reflectir sobre a importância dos museus. Foi instituído pela ONU
21 de Maio	Dia Mundial do Desenvolvimento Cultural Criado pela Resolução 26 C/Res. 3.2 da UNESCO para a promoção da cultura como factor de identidade nacional
25 de Maio	Dia de África Decretado com a criação, em 1963, da OUA - Organização da Unidade Africana. Para reflectir sobre os problemas sociais, os conflitos em África e sobre as consequências para o continente
31 de Maio	Dia Mundial sem Tabaco Instituído pela OMS para sensibilizar o público sobre o perigo real do tabaco para a saúde
1 de Junho	Dia Internacional da Criança Para reflectir sobre o respeito dos direitos da criança no Mundo
5 de Junho	Dia Mundial do Ambiente Dia do início da primeira Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo, Suécia, em 1972, dedicada exclusivamente ao ambiente
16 de Junho	Dia da Criança Africana Dia instituído para homenagear as crianças vítimas do massacre do Soweto. Data para reflectir sobre a situação da criança africana e sobre os seus direitos
17 de Junho	Dia do Combate à Desertificação e à Seca Em 1994, a ONU reconheceu a necessidade de uma cooperação internacional no combate à seca e à desertificação
26 de Junho	Dia Mundial da Luta contra o Uso Indevido e Tráfico Ilícito de Drogas Decretado para uma reflexão sobre as consequências do consumo de drogas, fundamentalmente pelos adolescentes e jovens, e sobre a necessidade de promoção e cooperação internacional na tomada de medidas concertadas que visem a detecção das rotas internacionais utilizadas pelos traficantes
11 de Julho	Dia Mundial da População Dia para reflectir sobre os problemas de subpopulação no Mundo. Instituído em 1987, data em que a população atingiu os 5 biliões de pessoas, segundo dados do FNUAP (Fundo da Nações Unidas para a População)
31 de Julho	Dia da Mulher Africana Dia de reflexão sobre os problemas da mulher africana e sobre o seu papel no desenvolvimento do continente
17 de Agosto	Dia da SADC Dia destinado à reflexão sobre a importância da SADC para o desenvolvimento dos países membros e da África em geral. Organização regional que congrega vários países da África Austral para uma cooperação multidisciplinar entre os Estados que a compõem
17 de Agosto	Nascimento do Escritor Óscar Ribas Importante pesquisador etnólogo das populações de Luanda e Malanje. Os seus estudos foram compilados na sua obra Misso
23 de Agosto	Dia da Abolição da Escravatura Dia instituído pela UNESCO para se reflectir sobre as causas e efeitos da escravatura
8 de Setembro	Dia Mundial da Alfabetização Instituído por iniciativa da UNESCO e figura na recomendação aprovada no congresso internacional dos ministros da educação sobre o analfabetismo, em Teerão, em Setembro de 1965
8 de Setembro	Dia Internacional do Jornalista É dia internacional do jornalista em homenagem a Julius Fucik, assassinado nesta data
12 de Setembro	Dia da Imprensa Nacional Dia instituído para reflexão sobre o surgimento da imprensa escrita em Angola e sobre o papel do jornalismo desde 1845 até aos nossos tempos

Datas	Comemoração
16 de Setembro	Dia da Preservação da Camada do Ozono Instituído após a assinatura do Protocolo de Montreal, reflectir sobre a necessidade de cooperação internacional, a erradicação do uso de substâncias químicas que depreciam a camada do Ozono. Vários países ratificaram o acordo e, em 1994, como data comemorativa
17 de Setembro	Jornada Internacional pela Paz «Clean Up the World» 1992. Iniciativa de um grupo de jovens australianos liderados por Ian Kiernan, começaram por limpar as praias e mais tarde todo o mundo. Devido aos bons resultados obtidos, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente decidiu financiar parte dos custos, mobilizando outros parceiros. Esta efeméride celebra-se anualmente na terceira terça-feira do mês de Setembro
21 de Setembro	Dia da Paz e Segurança em África Instituído pela União Africana por ocasião da sessão especial, em Trípoli, Líbia, a 31 de Agosto de 2009
Último domingo do mês de Setembro	Dia Mundial do Surdo Decisão da Federação Mundial de Surdos. Este dia constitui um marco para relembrar ao Mundo inteiro as lutas travadas pelos Surdos, ao longo dos anos, por melhores condições de vida, dignidade, cidadania, saúde, educação, trabalho, tendo sempre como factor-chave o pleno reconhecimento da Língua Gestual e da Cultura Surda em todos os âmbitos sociais
28 de Setembro	Nascimento do Poeta António Jacinto Dia para reflectir sobre o papel da poesia de António Jacinto na luta e pela dignificação do povo angolano
1 de Outubro	Dia Mundial das Pessoas Idosas Instituído pela ONU para reflexão sobre a necessidade de prestar maior atenção aos idosos
5 de Outubro	Dia Mundial do Professor Instituído na Conferência Internacional da Educação, 1995, em Genebra, na Suíça, para se reflectir sobre o papel do professor na formação das novas gerações
5 de Outubro	Dia da Rádio Nacional de Angola Para reflectir sobre a importância da Rádio na divulgação da cultura (sua cultura, economia, política, desporto e educação da população)
15 de Outubro	Dia Internacional da Bengala Branca Estabelecido pela Federação Internacional de Cegos em 1970 com o objectivo de reconhecer a independência das pessoas cegas e sua plena participação na sociedade
15 de Outubro	Dia Internacional da Lavagem das Mãos Reflectir sobre a importância da higiene das mãos para salvaguardar a vida
16 de Outubro	Dia Mundial da Alimentação Dia para reflectir sobre a importância da alimentação para o desenvolvimento das sociedades e sobre o papel da PAM/FAO no combate à fome no Mundo
17 de Outubro	Dia Mundial da Pobreza Dia para reflexão e sensibilização dos países para o combate à pobreza, assim como para a selecção de estratégias para a sua redução. Instituído com a Resolução 47/196 da Assembleia Geral da ONU
18 de Outubro	Dia da Televisão Pública de Angola Para reflectir sobre a importância da TPA na divulgação da cultura (sua cultura, economia e educação da população)
24 de Outubro	Dia da ONU Para reflectir sobre o papel da Organização das Nações Unidas na regulação das relações entre as nações do Mundo
22 de Novembro	Dia do Educador Nacional O Presidente Dr. António Agostinho Neto em 1979, na Fábrica Textang I, discursou na abertura da Campanha Nacional de Alfabetização. Para marcar tão importante actividade foi instituído esse dia como o dia do Educador Nacional
1 de Dezembro	Dia Mundial da Luta contra o SIDA Dia para a reflexão sobre este terrível mal e sensibilização da sociedade sobre a possibilidade da sua prevenção. Declarado pela OMS.
3 de Dezembro	Dia Mundial das Pessoas Portadoras de Deficiência Declarado pelas Nações Unidas para sensibilizar e promover a igualdade de oportunidades de trabalho e educação para os portadores de deficiências
10 de Dezembro	Dia Mundial dos Direitos Humanos Declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, para reflexão sobre os direitos humanos

Luanda, 1 de Novembro de 2013.
O Ministro, Pinda Simão.

6. ANEXOS

1 — Calendário Escolar Nacional do Ensino Geral/2014;

2 — Calendário Escolar Nacional das Instituições de Formação de Professores/2014;
3 — Calendário Escolar Nacional do Ensino Técnico-Profissional/2014



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CALENDÁRIO ESCOLAR NACIONAL DO ENSINO GERAL ANO LECTIVO 2014

PERÍODOS		I TRIMESTRE	II TRIMESTRE	III TRIMESTRE
ACTIVIDADES				
ABERTURA OFICIAL DO ANO LECTIVO 2014		DIA 31 DE JANEIRO		
DURAÇÃO DOS TRIMESTRES		DE 03 DE FEVEREIRO A 30 DE MAIO (17 SEMANAS)	DE 2 DE JUNHO A 29 DE AGOSTO (13 SEMANAS)	DE 01 DE SETEMBRO A 19 DE DEZEMBRO (16 SEMANAS)
ACTIVIDADES LECTIVAS		DE 03 DE FEVEREIRO A 25 DE ABRIL (12 SEMANAS – 53 DIAS)	DE 2 DE JUNHO A 22 DE AGOSTO (12 SEMA. – 60 DIAS)	DE 01 DE SETEMBRO A 28 DE NOVEMBRO (13 SEMANAS – 62 DIAS)
INTERRUPÇÕES	CARNAVAL 04 DE MARÇO	DE 03 A 05 DE MARÇO		
	PÁSCOA 20 DE ABRIL	DE 17 A 19 DE ABRIL		
AVALIAÇÃO	PROVA DO PROFESSOR (Sem Interrupção de Aulas)	DE 14 A 24 DE ABRIL	DE 07 A 15 DE AGOSTO	DE 13 A 21 DE OUTUBRO
	CLASSIFICAÇÃO DE PROVA Conselho de Notas e Afixação de Pautas (Sem interrupção de aulas)	DE 15 A 25 DE ABRIL	DE 08 A 22 DE AGOSTO	DE 14 A 24 DE OUTUBRO
	Prova de Escola			DE 01 A 09 DE NOVEMBRO
	Classificação, Conselho de Notas e Afixação de Pautas			DE 02 A 12 DE NOVEMBRO
	EXAMES ORAIS			DE 01 A 05 DE DEZEMBRO
	EXAMES ESCRITAS			DE 08 A 12 DE DEZEMBRO
	Classificação, Conselho de Notas e Afixação de Pautas			ATÉ 19 DE DEZEMBRO
	EXAMES DE RECURSO			DE 05 A 09 DE JANEIRO DE 2015
	Classificação, Conselho de Notas e Afixação de Pautas			Até 14 de JANEIRO DE 2015
	EXAMES ESPECIAIS	DE 14 A 22 DE ABRIL		DE 05 A 09 DE JANEIRO DE 2015
	Classificação, Conselho de Notas e Afixação de Pautas dos Exames Especiais	DE 15 A 25 ABRIL		Até 14 de JANEIRO DE 2015
PAUSA PEDAGÓGICA E FÉRIAS PARA OS ALUNOS		DE 28 DE ABRIL A 30 DE MAIO	DE 18 A 29 DE AGOSTO	A Partir do dia 15 de DEZEMBRO
RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO - 2014		DE 28 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2014		
REALIZAÇÃO DOS JOGOS ESCOLARES NACIONAIS		De 18 A 29 DE AGOSTO DE 2014		
REALIZAÇÃO DO CONCURSO NACIONAL DE MATEMÁTICA		De 13 a 15 de Outubro de 2014		
4ª Edição da Feira de Amostras do Sistema Educativo – Educa-Angola 2014		DE 06 A 09 DE NOVEMBRO DE 2014		
RECONFIRMAÇÃO DE MATRÍCULAS		DE 22 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014		
EMIÇÃO E ENTREGA DOS CERTIFICADOS E DIPLOMAS		DE 15 A 30 DE DEZEMBRO DE 2014		
FÉRIAS PARA PROFESSORES		DE 22 DE DEZEMBRO 2014 A 20 DE JANEIRO DE 2015		
SEMINÁRIO E JORNADAS PEDAGÓGICAS		DE 26 A 30 DE JANEIRO DE 2015		
INSCRIÇÃO, SELECÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS LISTAS DE NOVOS ALUNOS		DE 05 A 16 DE JANEIRO DE 2015		
MATRÍCULAS DOS NOVOS ALUNOS		DE 19 A 23 DE JANEIRO DE 2015		
ABERTURA OFICIAL DO ANO LECTIVO 2015		DE 30 DE JANEIRO DE 2015		
INÍCIO DO ANO LECTIVO 2015		DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015		



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CALENDÁRIO ESCOLAR NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES - ANO LECTIVO 2014

PERÍODOS			I TRIMESTRE	II TRIMESTRE	III TRIMESTRE
ACTIVIDADES					
ABERTURA OFICIAL DO ANO LECTIVO 2014			DIA 31 DE JANEIRO		
DURAÇÃO DOS TRIMESTRES			DE 03 DE FEVEREIRO A 30 DE MAIO (17 SEMANAS)	DE 2 DE JUNHO A 29 DE AGOSTO (13 SEMANAS)	DE 01 DE SETEMBRO A 19 DE DEZEMBRO (16SEMANAS)
ACTIVIDADES LECTIVAS			DE 03 DE FEVEREIRO a 25 DE ABRIL (12 SEMANAS – 53 DIAS)	DE 2 DE JUNHO a 22 DE AGOSTO (12 SEMANAS – 60 DIAS)	DE 01 DE SETEMBRO a 28 DE NOVEMBRO (13 SEMANAS – 62 DIAS)
INTERRUPÇÕES	CARNAVAL 04 DE MARÇO		DE 03 a 05 DE MARÇO		
	PÁSCOA 20 DE ABRIL		DE 17 a 19 DE ABRIL		
AVALIAÇÃO	PROVAS DO PROFESSOR (Sem Interrupção de Aulas)	1ª	DE 14 a 24 DE ABRIL	DE 04 a 15 DE AGOSTO	DE 13 a 21 DE OUTUBRO
	CLASSIFICAÇÃO DE PROVAS CONSELHO DE TURMAS E AFIXAÇÃO DE PAUTAS (Sem interrupção de aulas)		DE 15 a 25 DE ABRIL		14 a 29 de Outubro
	PROVAS DE ESCOLA (10ª, 11ª e 12ª)				DE 24 DE NOVEMBRO a 5 de DEZEMBRO
	CLASSIFICAÇÃO, CONSELHO DE TURMAS E AFIXAÇÃO DE PAUTAS			DE 05 A 22 DE AGOSTO	DE 25 DE NOVEMBRO a 12 DE DEZEMBRO
	EXAMES ORAIS (13ª)				DE 24 a 28 DE NOVEMBRO
	EXAMES DE ESTÁGIO				DE 3 a 15 DE NOVEMBRO
	CLASSIFICAÇÃO, CONSELHO DE TURMAS E AFIXAÇÃO DE PAUTAS				DE 1 a 3 DE DEZEMBRO
	EXAMES DE RECURSO (12ª e 13ª classes)				DE 5 a 9 DE JANEIRO DE 2015
PAUSA PEDAGÓGICA E FÉRIAS PARA OS ALUNOS			DE 28 DE ABRIL a 30 DE MAIO	DE 18 a 29 DE AGOSTO	APARTIR DE 15 DE DEZEMBRO
REALIZAÇÃO DOS JOGOS ESCOLARES NACIONAIS			DE 18 a 29 DE AGOSTO DE 2014		
RECONFIRMAÇÃO DE MATRÍCULAS			DE 17 a 31 DE DEZEMBRO DE 2014		
EMIÇÃO E ENTREGA DOS CERTIFICADOS E DIPLOMAS			DE 15 a 30 DE DEZEMBRO DE 2014		
FÉRIAS PARA PROFESSORES			DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014 a 20 DE JANEIRO DE 2015		
SEMINÁRIO E JORNADAS PEDAGÓGICAS			DE 26 a 30 DE JANEIRO DE 2015		
INSCRIÇÃO, SELECÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS LISTAS DE NOVOS ALUNOS			DE 05 a 16 DE JANEIRO DE 2015		
MATRÍCULAS DOS NOVOS ALUNOS			DE 19 a 23 DE JANEIRO DE 2015		
ABERTURA OFICIAL DO ANO LECTIVO 2015			DE 30 DE JANEIRO DE 2015		
INÍCIO DO ANO LECTIVO 2015			02 DE FEVEREIRO DE 2015		
RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO			De 28 de Abril a 31 de Maio		



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**CALENDÁRIO ESCOLAR NACIONAL DO ENSINO
TÉCNICO PROFISSIONAL - ANO LECTIVO 2014**

PERÍODOS		I TRIMESTRE	II TRIMESTRE	III TRIMESTRE
ACTIVIDADES				
ABERTURA OFICIAL DO ANO LECTIVO 2014		DIA 31 DE JANEIRO		
DURAÇÃO DOS TRIMESTRES		DE 03 DE FEVEREIRO A 30 DE MAIO (17 SEMANAS)	DE 2 DE JUNHO A 29 DE AGOSTO (13 SEMANAS)	DE 01 DE SETEMBRO A 19 DE DEZEMBRO DE (16 SEMANAS)
ACTIVIDADE LECTIVA		DE 03 DE FEVEREIRO A 25 DE ABRIL (12 SEMANAS – 53 DIAS)	DE 2 DE JUNHO A 22 DE AGOSTO (12 SEMANAS – 60 DIAS)	DE 01 DE SETEMBRO A 28 DE NOVEMBRO (13 SEMANAS – 63 DIAS)
INTERRUPÇÕES	CARNAVAL 04 DE MARÇO	DE 03 A 05 DE MARÇO		
	PÁSCOA 20 DE ABRIL	DE 17 A 19 DE ABRIL		
AVALIAÇÃO	PROVAS DO PROFESSOR (Sem Interrupção de Aulas)	DE 14 A 24 DE ABRIL	DE 04 A 15 DE AGOSTO	DE 13 A 24 DE OUTUBRO
	CLASSIFICAÇÃO DE PROVAS CONSELHO DE TURMAS E AFIXAÇÃO DE PAUTAS Sem interrupção de aulas	DE 15 A 25 DE ABRIL	De 8 a 22 de AGOSTO	
	PROVA DE ESCOLA (10 ^a , 11 ^a e 12 ^a)			DE 01 A 09 DE NOVEMBRO
	Classificação, Conselho de Turmas e Afixação de Pautas		DE 05 A 22 DE AGOSTO	DE 02 A 17 DE NOVEMBRO
	Exames orais (13 ^a)			DE 15 A 22 DE DEZEMBRO
	PROVA SE APTIDÃO PROFISSIONAL			DE 05 A 09 DE JANEIRO DE 2015
	Classificação, Conselho de Turmas e Afixação de Pautas			DE 06 A 14 DE JANEIRO DE 2015
	EXAMES DE RECURSO (12 ^a e 13 ^a classes)			DE 26 A 30 DE JANEIRO DE 2015
PAUSA PEDAGÓGICA E FÉRIAS PARA OS ALUNOS		DE 28 DE ABRIL A 30 DE MAIO	DE 18 A 29 DE AGOSTO	A Partir do dia 15 de Dezembro
RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO - 2014		DE 28 DE ABRIL A 31 DE MAIO DE 2014		
REALIZAÇÃO DOS JOGOS ESCOLARES NACIONAIS		De 18 A 29 DE AGOSTO DE 2014		
4 ^a Edição da Feira de Amostras do Sistema Educativo – Educa-Angola 2014		DE 06 A 09 DE NOVEMBRO		
RECONFIRMAÇÃO DE MATRÍCULAS		DE 22 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014		
EMIÇÃO E ENTREGA DOS CERTIFICADOS E DIPLOMAS		DE 15 A 30 DE DEZEMBRO DE 2014		
FÉRIAS PARA PROFESSORES		DE 22 DE DEZEMBRO A 20 DE JANEIRO DE 2015		
SEMINÁRIO E JORNADAS PEDAGÓGICAS		DE 26 A 30 DE JANEIRO DE 2015		
INSCRIÇÃO, SELECÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS LISTAS DE NOVOS ALUNOS		DE 05 A 16 DE JANEIRO DE 2015		
MATRÍCULAS DOS NOVOS ALUNOS		DE 19 A 23 DE JANEIRO DE 2015		
ABERTURA OFICIAL DO ANO LECTIVO 2015		30 DE JANEIRO DE 2015		
INÍCIO DO ANO LECTIVO 2015		02 DE FEVEREIRO DE 2015		

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Despacho n.º 1/14 de 3 de Janeiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, da alínea d) do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, determino:

1.º — São subdelegados plenos poderes ao Director Nacional do Património do Estado, Sílvia Franco Burity, para outorgar, em representação do Ministério das Finanças, o Contrato-Promessa de Compra e Venda, do prédio rústico e urbano e os seus bens móveis, sito em Luanda, Distrito Urbano de Belas, Bairro Talatona, denominado Clássicos II, pelo preço de AKZ: 28.937.000.000,00 (vinte e oito mil milhões e novecentos e trinta e sete milhões de Kwanzas) e Clássicos III, pelo preço de AKZ: 29.832.000.000,00 (vinte e nove mil milhões e oitocentos e trinta e dois milhões de Kwanzas), que totaliza um valor global de AKZ: 58.769.000.000,00 (cinquenta e oito mil milhões e setecentos e sessenta e nove milhões de Kwanzas).

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Luanda, aos 23 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 2/14 de 3 de Janeiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, da alínea d) do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 16-A/95, de 15 de Dezembro, determino:

1. São subdelegados ao Secretário Geral, Américo Miguel da Costa, plenos poderes para representar o Ministério das Finanças na assinatura do Contrato que vincula a Empresa CASANOVA — Home & Office, Limitada, com sede em Luanda, na Avenida Comandante Valódia, n.º 153 A, para fornecimento e montagem de mobiliário de escritório para o Ministério das Finanças, no valor de Kz: 55.865.321,00 (cinquenta e cinco milhões oitocentos e sessenta e cinco mil trezentos e vinte e um kwanzas).

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 11 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 3/14 de 3 de Janeiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e das alíneas d) e l), do n.º 1, do artigo 3.º, do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1.º — É Albertina Maria Paulino Domingos, Técnica Superior de 2.ª Classe, da Carreira Técnica Superior deste Ministério, nomeada para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Chefe de Secção de Processo de Aquisição, Arrendamento e Alienação de Imóveis do Departamento de Gestão do Património, da Direcção Nacional do Património do Estado, deste Ministério.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 24 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Armando Manuel*.

Despacho n.º 4/14 de 3 de Janeiro

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com as disposições combinadas dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, e das alíneas d) e l) do n.º 1 do artigo 3.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 235/12, de 4 de Dezembro, determino:

1.º — É Domingas Loureiro Mitange, Técnica Média de 3.ª Classe da Carreira Técnica Média deste Ministério, nomeada para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Chefe de Secção de Registo e Inventário do Departamento de Cadastro e Inventário da Direcção Nacional do Património do Estado deste Ministério.

2.º — Este Despacho entra imediatamente em vigor.
Publique-se.

Luanda, aos 24 de Dezembro de 2013.

O Ministro, *Armando Manuel*.